



# A Metodologia da Construção do Caso na Cidade: um saber para além dos protocolos e seus efeitos no trabalho da assistência social

The Methodology of Clinical Case Construction in the City: a knowledge beyond the protocols and its effects at social assistance work

LISLEY BRAUN TONIOLO\*

BRUNA SIMÕES DE ALBUQUERQUE\*\*

CRISTIANE DE FREITAS CUNHA\*\*\*

FLÁVIA MARTINS BEDUSCHI\*\*\*\*



**RESUMO** – O presente trabalho relata a experiência da construção do caso clínico no âmbito da política municipal de assistência social em Belo Horizonte. O projeto de extensão, fruto da parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte, para formação de seus técnicos, tornou-se lugar propício ao exercício e aprimoramento da metodologia da construção do caso, tomada como prática interdisciplinar, orientada pela psicanálise e pelo marxismo, da qual participaram os profissionais dos serviços, professores e alunos da universidade. Como se pode ver, a metodologia parte dos impasses enfrentados e, ao privilegiar o saber dos profissionais e dos usuários na elaboração de saídas e propostas, produz efeitos de vivificação do trabalho.

**Palavras-chave** – Construção do caso. Assistência social. Rede. Psicanálise. Adolescência. Família.

**ABSTRACT** – This paper reports the experience of the clinical case construction within social assistance policy in Belo Horizonte. This project results of a partnership between the Federal University of Minas Gerais and the Social Assistance department of Belo Horizonte's municipal administration and planned for training its workers. The project has become an important place to exercise and improve the clinical case construction methodology, taken as an interdisciplinary practice oriented by the psychoanalysis and Marxism, which

\* Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da UFMG, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Estudos Psicanalíticos (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), psicóloga da clínica Freud Cidadão, psicanalista. Belo Horizonte - MG/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/3397559000610398>. E-mail: [lisley@gmail.com](mailto:lisley@gmail.com).

\*\* Mestre em Psicopatologia e Estudos Psicanalíticos pela Universidade de Estrasburgo (França), doutoranda no Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação pela Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação da FAE/UFMG. Belo Horizonte - MG/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/7407446711012945>. E-mail: [bruquerque@gmail.com](mailto:bruquerque@gmail.com).

\*\*\* Realizou Pós-Doutorado pela Universidade de Barcelona, doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina da UFMG, professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), médica e psicanalista. Belo Horizonte MG/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/5192405148322932>. E-mail: [cristianedefreitasacunha@gmail.com](mailto:cristianedefreitasacunha@gmail.com).

\*\*\*\* Estudante de Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte - MG/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/9456632609578567>. E-mail: [flavia.beduschi@gmail.com](mailto:flavia.beduschi@gmail.com).

Submetido em: dezembro/2015. Aprovado em: maio/2016.

involved social assistance professionals, university professors and students. As we can see, the methodology based on by some daily impasses, and, by favoring the knowledge of professionals and users in the development of outputs and proposals, it has produced enlivenment effects at work.

**Keywords** – Clinical case construction. Social Assistance. Network. Psychoanalyses. Adolescence. Family.

---

O desafio de trabalhar com técnicos da assistência social de Belo Horizonte em uma oferta de qualificação profissional, voltada principalmente aos novos técnicos recém-admitidos em concurso público, convocou-nos a ir além de um saber estruturado, que apresentaria grandes limitações no alcance à prática que pulsa no cotidiano da assistência na cidade. Assim, propusemos uma dinâmica na qual o saber pudesse circular para circunscrever algo do que é vivido, e incidir na construção de outro olhar sobre os impasses. Ousamos, então, trabalhar em paralelo às aulas sobre “adolescência e família”, “violência e cidade”, também a metodologia da construção do caso clínico, tradicionalmente empregada no campo da saúde mental. No decorrer de nossos encontros, estávamos cada vez mais cientes da não possibilidade de uma mera aplicação da metodologia ao campo da assistência social, no qual as tensões entre a necessidade de individualizar o serviço, para alcançar o sujeito e os desdobramentos da questão social mostram-se urgentes e requerem novas propostas. Logo, estávamos diante de um contexto outro, que exigia sempre a invenção, própria da construção. As questões trazidas ultrapassavam a assistência, envolvendo as diversas redes que devem garantir um lugar para os adolescentes e suas famílias na cidade, com eles e não por eles. Ainda que muitas aproximações sejam possíveis, entendemos, contudo, que a construção realizada em contextos que não o da saúde mental (assistência social, saúde do adolescente, sistema socioeducativo, etc.), ainda precisa ser melhor compreendida, pensada e formalizada. Este artigo pretende apresentar elementos que possam contribuir para essa formalização. Para tanto, diante do desafio colocado pela complexidade do trabalho, decidimos operar metodologicamente a partir da interlocução entre a psicanálise e o marxismo, tomados como campos não complementares, mas fundamentais, cada um a seu modo, para problematizar e intervir nas contradições entre as expressões da questão social e as particularidades de cada sujeito. A partir da psicanálise, realizamos o percurso da construção do caso clínico na saúde mental até as nuances de uma nova atuação do psicanalista na cidade, que foi desenhada na experiência descrita nesse artigo. O retorno à Marx, tocado pela análise marxiana da realidade, instrumentalizou-nos diante das contradições e implicações da questão social, expressas muitas vezes na brutalidade da desigualdade social trazida pelas equipes.

Dessa forma, apresentamos a experiência de construção do caso, que parte de sua origem na saúde mental, expandindo-a para ser tecida no âmbito de diversas políticas públicas, fazendo costura entre os saberes e entre os campos, ganhando corpo na rede da cidade. A seguir, retomamos brevemente alguns autores fundamentais para a consolidação da metodologia da construção do caso clínico na saúde mental, para, num segundo momento, realizar o percurso que nos levou à construção do caso com aquelas equipes da assistência, até alcançar a riqueza das invenções e de nossa experiência junto a esses profissionais e seus casos. Nossa metodologia contemplou o trabalho com trezentos técnicos, provenientes dos diferentes eixos da assistência, configurando um projeto de extensão voltado para as equipes de média complexidade da assistência social, ou seja, equipes que trabalham com a violação de direitos, com indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social. Os técnicos contemplados são trabalhadores do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), provenientes do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), da Abordagem de Rua e das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto (MSE). Este trabalho se desmembrou tanto na efetivação de um curso orientado pelas temáticas “Adolescência e Família”, “Violência e Território”, bem como na metodologia da construção dos casos, vivenciada em dez encontros, nos quais os profissionais de cada região da cidade apresentavam um caso que provocava impasses nas equipes. Entre os resultados, podemos destacar: a

consolidação de uma interlocução entre os serviços, que permitiu ultrapassar a prática cotidiana da fragmentação dos casos, apostando no saber das equipes de maneira circular e suplementar; os efeitos da construção do caso no olhar para as famílias atendidas, retirando-as *da mira*, permitindo uma aproximação que não buscasse a culpabilização, mas a possibilidade de tomada de responsabilidade e a produção de novos movimentos; a historicização dos casos, que permitiu a construção do fio de sua história, e a possibilidade de escutar em cada família *um pouco de cada um*, ao mesmo tempo em que se tenta apreender a dinâmica do contexto familiar; a produção de um cuidado maior diante dos ideais e expectativas das equipes para com os casos, assumindo que é nesse desencontro entre os tempos – tempo da medida, do jovem, tempo do técnico – que algo do sujeito pode advir de modo particularizado. Além disso, ressaltamos a passagem, operada ao longo do processo, do relato e descrição para a construção do caso, na qual a posição de cada técnico frente ao sujeito acolhido foi elemento fundamental. Podemos destacar, ainda, o engajamento de alguns técnicos no Programa de Pós-Graduação ao qual estávamos ligados, com pesquisas entrelaçadas ao trabalho. Finalmente, constatamos que na medida em que a dimensão de cada sujeito pôde aparecer, o trabalho tornou-se mais vivo e possível, justamente por ser orientado por aquilo que o caso aponta. Dar lugar ao novo que tende a ser enquadrado pelas teorias, pelos estigmas e protocolos, mostrou-se fundamental para vivificar o trabalho, convocando os técnicos a outros olhares, a engajarem-se mais uma vez, cientes da distinção entre o impossível – presente em cada sujeito – e a impotência – que nos paralisa.

### **Ponto de partida para a construção: tomar o impossível como parceiro**

Com Freud (1996), aprendemos a reconhecer os ofícios impossíveis: educar, curar e governar. Na interface entre universidade e políticas públicas, estamos às voltas com o impossível de educar e de governar. O desafio que está colocado é o de não se render à impotência. Para tanto, Cifali (2009) entende que cabe à psicanálise a possibilidade de livrar os outros dois ofícios (educar e governar) de uma posição estéril, ou seja, favorecer uma prática orientada por uma ética da palavra. Diante do mal-estar produzido por uma prática feita por muitos, atravessada pela questão social, as fronteiras entre impotência e impossibilidade parecem imprecisas, sendo que a impotência nubla a possibilidade de um trabalho orientado pelo impossível, concernido pelo não-saber e pelo real. Entendemos que as três profissões precisam tomar o “impossível” como parceiro, sendo que a psicanálise diz aos demais ofícios: é importante trabalhar a partir de um saber concernido pelo não-saber! É o que veremos nos encontros de construção do caso com os técnicos da assistência social.

Dessa forma, a construção do caso clínico aparece como uma das metodologias de orientação psicanalítica que aceita o desafio de uma prática coletiva, colocando a impotência e o fracasso como ponto de partida e, que, no encontro com as políticas públicas, entende que elas devem ser sempre “inquietas”, atravessadas pelas questões de seu tempo (NICÁCIO; ALBUQUERQUE, 2014). Além disso, um ponto-chave da construção é funcionar como motor para a circulação dos diversos discursos presentes nas instituições.

### **A construção do caso clínico na saúde mental**

O dispositivo da construção do caso clínico ganhou corpo no âmbito das políticas públicas ligadas à saúde mental em Belo Horizonte, e foi, aos poucos, sendo incorporado também em outras áreas, como uma prática que permite a construção interdisciplinar e que leva em conta o saber do sujeito.

Figueiredo (2004) esclarece que a construção do caso na equipe de saúde mental é caracterizada justamente pelo fato de, por meio do trabalho coletivo, a equipe se colocar na condição de “aprendiz”, respeitando a subjetividade, e nunca ao contrário, impondo um modelo de reabilitação. Assim, vemos que,

por meio do método da construção, é possível ir contra a cronificação do sujeito e a inércia da instituição que leva ao imobilismo:

A construção do caso toca a verdade do sujeito e pode provocar situações de difícil manejo, mas não há como fugir disso, pois se o fizermos, estaremos abrindo mão de nosso mandato clínico e mantendo a cronificação que tanto condenamos pela convivência com a inércia da doença que leva à desresponsabilização, e com a inércia da instituição que leva ao imobilismo (FIGUEIREDO, 2004, p. 85).

O método de construção do caso clínico permite, portanto, uma abertura para a subjetividade, na qual os profissionais destituídos da posição “do saber”, abrem espaço para a emergência do novo, do inédito e de um olhar singular para cada caso, considerando contexto, sintoma e momento, concluindo que “o saber” está com o caso. Viganó (2010, p. 2) esclarece a existência de um momento na construção em que os papéis se invertem: “a rede social coloca-se na posição de discente e o paciente em posição de docente”. Ao discorrer sobre a construção do caso clínico em oposição a um caso social, Viganó (2012, p.119) adverte ainda que o atendimento proposto na instituição não deve esvaziar a possibilidade de o sujeito se colocar algumas perguntas: “O que eu faço aqui? O que torna a minha vida insuportável? O que posso fazer para encontrar uma solução?” Tais questionamentos apontam para a responsabilidade de cada sujeito por sua condição, localizando do lado do sujeito o saber sobre seu sofrimento e sobre formas de tratá-lo. Para o referido autor, a função do analista na instituição seria exatamente a construção do caso clínico. Nicácio e Albuquerque (2014) afirmam que, ao alinhar as diversas narrativas sobre o sujeito sem dar consistência de verdade absoluta a nenhuma delas, a construção de caso instaura um movimento democrático e dialético, um exercício de não saber por parte da rede, favorecendo que o sujeito possa “querer saber” sobre sua história, sua posição e, quem sabe, responsabilizar-se por ela, com o suporte do outro. Figueiredo (2004) reforça essa ideia ao ressaltar a importância da mudança de postura e de lugar, tanto do profissional quanto do paciente, no método da construção do caso clínico: o primeiro deve se colocar no lugar de “não saber” e o segundo deve aparecer como sujeito de sua história, com espaço para expressar o que pensa e sente, responsabilizando-se. A autora ainda aponta como a construção ultrapassa o que denominou como “duas grandes armadilhas”: “A ‘pedagogia interpretativa’, vício de uma certa tendência da psicanálise; e a ‘terapêutica da restauração’, isto é, a terapêutica no sentido de fazer retornar ao estado anterior à doença” (FIGUEIREDO, 2004, p. 81).

Temos que intervenções dissociadas da realidade do paciente e centradas no terapeuta recaem sobre uma “pedagogia interpretativa” e uma “terapêutica da restauração”, sendo a construção do caso um método que caminha na orientação contrária desses dois vícios. Além disso, sabe-se que a melhora do paciente é um trabalho em conjunto, no qual novos significados emergem a partir da “relação” com o outro, nunca unilateralmente. Sendo assim, essa “pedagogia interpretativa” pode culminar em um afastamento da real dor existente, não permitindo a “fala” ao paciente e os “ouvidos” ao terapeuta, tamponados pela rigidez de um saber prévio ao caso, que, muitas vezes, não permite escutá-los.

## Efeito-equipe

Na tese de doutorado “O efeito-equipe e a construção do caso clínico”, Mendes (2014) toma como ponto de partida a noção de construção do caso clínico, apresentada por Freud no texto “Construções em análise” (1937), para pensar uma prática de construção orientada ao real que possa produzir um saber concernido nos profissionais das equipes de saúde mental, nomeado pela autora de efeito-equipe.

Mendes (2014) indica como as reações do paciente ao trabalho terapêutico precisam ser tomadas como “enigma”, ou seja, precisam “fazer caso” para que possam exigir construção da equipe. Para a autora,

o “fazer caso” está ligado à queda das certezas absolutas com relação à aplicação do saber. É apenas por estar ciente de que a soma dos saberes legitimados cientificamente não abarca toda a especificidade de um sujeito, que um técnico poderá se sentir interrogado e recrutado a voltar-se para o caso para retomá-lo e construí-lo. “A construção do caso clínico pode produzir pontualmente um efeito-equipe, em que um ou mais profissionais se orientem pelo concernimento que a clínica do caso produziu neles” (MENDES, 2014, p.31). Ou seja, o efeito-equipe tem a ver com o recrutamento dos profissionais à urgência de inventar novos modos de intervenção: recrutar-se para inventar a partir de algo da verdade do paciente que produziu um saber concernido.

Mendes (2014) apresenta a ideia de que é a construção do caso que faz existir uma equipe, ou seja, a construção, ao implicar os profissionais, constitui sujeitos concernidos pelo caso e o consequente efeito-equipe.

Para nós, a construção do caso clínico é uma forma de tocar o impossível, a partir de uma lógica da constituição do sujeito pela linguagem. O caso é para nós a orientação para o real, na medida em que, quando fazemos uma construção, o que se produz são fragmentos de opacidade que se decantam a partir dos impasses da equipe, como pontos de insistência da relação do sujeito com os técnicos, que resistem a entrar no tecido do saber que a equipe até então compunha para o caso. Por essa razão, trabalhamos com a equipe sempre a partir de um caso, e não a partir de dilemas/dificuldades diversas que a equipe enfrenta em seu trabalho (MENDES, 2014, p.84).

É a partir do conceito de efeito-equipe que buscamos, na metodologia da construção do caso, o desenho de um novo trabalho, dessa vez, não voltado ao campo de saúde mental, mas ousando ampliá-lo aos impasses que urgem também nas demais políticas públicas, em especial na assistência social. Lançamo-nos a esse desafio, orientados pelo impossível que se apresenta cotidianamente no trabalho com adolescentes e famílias, vítimas e autores de violência, no qual os protocolos e diretrizes mostram-se muitas vezes insuficientes para cessar tais condições de violação de direitos. Impasses que muito angustiam as equipes, tomadas como desamparadas, pouco instrumentalizadas ou capacitadas, buscando no saber ou no recurso material (que se mostra realmente escasso) a resposta para o que faz furo.

## Metodologia

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, diante dos impasses apresentados, propõe uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, objetivando a qualificação dos novos técnicos efetivos da assistência social do município, de maneira interdisciplinar e que contemplasse não apenas a teoria, mas principalmente a prática diária destes profissionais. Essa parceria originou um projeto de extensão de capacitação das equipes, tanto por meio de discussões sobre violência e território, adolescência e família, permeadas pelos impasses com os casos, como também as construções de caso pelas equipes de cada regional do município, realizadas em dez encontros. Juntos, trabalhamos com afinco na construção de um espaço de troca, onde o saber acadêmico não ocultasse ou inibisse aquele do técnico diante de cada caso. Nessa experiência, podemos destacar a riqueza do percurso metodológico realizado, bem como os resultados concernentes ao efeito-equipe. Convidando os profissionais a não se restringirem ao lugar de aluno, mas irem além dele em encontros semanais para a construção de casos diversos, pudemos deslocar a lógica de uma transmissão do saber universitário, convocando cada técnico a responder com seu desejo quando se deparava com o que faz furo em sua condução, em suas expectativas, nos protocolos e metas. Assim, aprendemos a diferença entre profissionais designados burocraticamente pela instituição, reduzidos a seus papéis e funções, e profissionais concernidos pelo caso, orientados pela invenção necessária frente ao impossível.

Nesses encontros, também pudemos perceber que, tomar os dilemas e dificuldades como ponto de partida, permanecendo no campo da queixa e da demanda, muitas vezes não permite avançar. Ao invés disso, formular perguntas onde parecia não haver qualquer possibilidade de intervenção, tem aparecido como alternativa inventiva e produtora de subversões nos imperativos cotidianos. Podemos retomar a noção proposta por Miller (2008) de “lugar alfa”, onde o “falar à toa” não se confunde com o dizer tudo, mas constitui diante da escuta uma questão e, na mesma questão, esboça a resposta. O lugar alfa é ocupado quando a partir de uma fala à toa um tesouro é descoberto, o saber inconsciente (MILLER, 2008).

## **A rede, o furo, a tecitura**

Uma das premissas do trabalho na assistência social é a ideia de articulação de rede. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 16) elucida que a assistência deve agir “nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real”, dando visibilidade a setores populacionais marcadamente invisíveis na história de nosso país. Ela alcançaria esse objetivo por meio de princípios-chave, dentre os quais destacamos a universalização dos direitos sociais e o respeito à dignidade e à autonomia dos cidadãos (BRASIL, 2004).

Trata-se de um desafio complexo trabalhar com a invisibilidade social, conferindo direitos e autonomia, prática bem distante do que conhecemos historicamente como assistencialismo. Portanto, a novidade dessa prática não tutelar impele-nos a inventar modos de garantia de direitos que ultrapassem a caridade e não se restrinjam à ideia de benefícios ou a sucessivos encaminhamentos, onde o direito como um objeto é colocado em primeiro plano, e não o sujeito.

O presente projeto de extensão foi voltado para as equipes de média complexidade da assistência social, ou seja, equipes que trabalham com a violação de direitos, com indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social. Os técnicos contemplados são trabalhadores do Centro de Referência Especializado da Assistência Social, provenientes do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos, da Abordagem de Rua e das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto. Entre as funções desses serviços, podemos ressaltar “a inclusão em redes sociais de atendimento e solidariedade” (BRASIL, 2004, p.37).

Nessa aproximação, verificamos que os impasses das equipes com o trabalho na assistência eram múltiplos, amplos, complexos, desvelando nuances das violações que transbordam nas histórias de vida dos usuários, na escassez de recursos dos serviços, na necessidade de consolidação de uma rede comprometida e concernida, nas expectativas frustradas, na crescente setorialização dos serviços, na sobrecarga de trabalho. O chamado à construção do caso estabeleceu-se como um convite a fazer-se equipe, a constituir-se a partir do saber de cada técnico sobre aquilo que faz impasse no caso, a resgatar o saber de cada adolescente ou familiar sobre aquilo que faz sofrer.

Nos primeiros encontros, não raras eram as queixas sobre a ineficácia ou a inexistência da rede, o que culminava em um desamparo no trabalho dos técnicos junto às mais diversas situações de violação de direitos. Outro ponto marcante era a resistência dos demais serviços e espaços da cidade, cabendo à assistência acolher aqueles outrora excluídos da escola, da saúde, do lazer, da cultura. Nesses casos, a pungente ideia de não adesão atravessava as conduções, havendo múltiplos vetores de intervenções necessárias: nos sujeitos que não aderem, nos serviços que não aderem aos sujeitos, e, também na própria assistência, que não estaria isenta dos impasses que se congelam em resistências.

Distantes da concepção de um trabalho em rede como garantido *a priori*, por meio da construção do caso, pudemos desenhar essa rede a cada vez, pensando no ato de encaminhar da maneira mais singular possível, contemplando o olhar do adolescente e dos familiares nos caminhos por onde era preciso

assistência. Enodar parceiros, ampliar territórios, desbravar a cada vez velhos dilemas como se fossem novos mostraram-se ferramentas imprescindíveis para conferir vida e substância à rede, onde tantas vezes víamos o sujeito desaparecer ao ser encaminhado de maneira protocolar. Para extrair um sujeito a cada caso, sem desconsiderar a importância daquilo que o determina socialmente, conduzimos os encontros para construção do caso a partir da psicanálise e do marxismo.

### **O singular, não sem o universal: psicanálise e marxismo**

Operar metodologicamente com a psicanálise e o marxismo mostrou-se, desde o início, um rico desafio. Certos da distância entre ambas as teorias, foi a partir da complementaridade que optamos por trabalhar. Assim, não pretendíamos, com essa metodologia, dispor de duas versões da realidade que se complementassem, visando a uma verdade que poderia ser toda. Pelo contrário, apostamos na disjunção elementar entre ambas as teorias, para possibilitar deformações de múltiplos espectros naquilo que se apresentava como certeza sobre o caso (GUERRA, 2015). Ao lado de Nietzsche, Freud e Marx foram tomados por Ricoeur (citado por GUERRA, 2015) como “mestres da suspeita” moderna, desvendando a alienação da qual nos servimos tanto como sujeito quanto como sociedade, classe. Tal desvendamento, em Marx, evidencia-se ao abordar o fetiche da mercadoria: “Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2014, p.198). Haveria um deslocamento da relação entre os homens e dos homens com o trabalho necessário para produzir, para a relação entre os objetos e seu arbitrário valor de troca, que não corresponderia nem daria conta de expressar tudo o que o determina e o envolve. Essa abstração nos distrairia de nossa responsabilidade pelas posições sociais ocupadas, principalmente no que diz respeito à expropriação do trabalho. A alienação incessante ao capital, somada aos conceitos de valor e mais-valia, mostraram-se pontos-chave da análise marxista sobre as engrenagens do mundo a partir das relações econômicas e sociais (MARX, 2014).

Essas engrenagens, no sistema capitalista, seriam pautadas na exploração da força de trabalho que se desenhou de maneira inédita na sociedade capitalista e burguesa, modificando radicalmente a dinâmica da pauperização. Agora não mais ligada à escassez de recursos e de técnicas produtivas, a pobreza na era industrial passa a crescer “na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2006, p.153). Portanto, o que o marxismo nos esclarece é que tal contradição resta como motora do modo capitalista de produção, sendo nomeada como a questão social, que se perpetua até os nossos dias.

A partir disso, pudemos estabelecer uma interlocução tendo em vista a presença da psicanálise na cidade, para além do enquadre do consultório, no desafio de operar no tecido social, considerando as contradições e implicações da questão social, ao levar em conta a subjetividade em cada caso que nos era trazido. Logo, o retorno à Marx e o recurso ao marxismo e aos autores marxistas contemporâneos foram fundamentais para que nossa experiência metodológica se lançasse a desocultar as diversas facetas sob as quais a questão social pode se apresentar, por meio, por exemplo, da desigualdade e do modo como cada sujeito pode ou não enfrentá-la (PRATES, 2012).

Ao apresentar as articulações entre o método marxiano e o enfoque misto na pesquisa, Prates (2012) ressalta a necessidade de desvendamento do real a partir das dimensões qualitativas e quantitativas, uma vez que esse real engloba elementos objetivos e subjetivos, particulares e universais e que, do contrário, não contemplaríamos o fenômeno em sua unidade dialética. Entendemos que a perspectiva da construção do caso clínico, tal como descrita no presente artigo, guarda estreita relação com o método marxiano de análise da realidade, pois se constitui como processo interventivo, visando à transformação do real, partindo da contradição também como aquilo que permite ao homem se

desenvolver, aproximando-nos dela, tendo em vista a apropriação do movimento, a descoberta de novos sentidos, rumo a novos caminhos para o que antes se afirmava como estabelecido (PRATES, 2012).

Considerar teoria e prática como indissociáveis, para indicar o real como contraditório e fomentar movimentos de superação, nos parece uma característica incontornável do método marxiano que nos orientou de modo constitutivo ao longo do trabalho com as equipes da assistência social, aqui descrito. Em acordo com a orientação do método marxiano, adotamos, ao longo do trabalho realizado, uma posição de compromisso com nosso tempo histórico, objetivando não apenas desvendar as diversas e contraditórias determinações do real, mas também a produção de novos sentidos e, conseqüentemente, novos caminhos para o sujeito e para a política (PRATES, 2012).

Ao longo dos encontros de construção do caso clínico, tocamos os diversos temas ligados à expressão da questão social (desigualdade, opressão, alienação, enfrentamento), expressões caras à análise da realidade marxista, abrindo espaço para que cada sujeito pudesse aparecer em sua singularidade, na delicadeza e no detalhe do enfrentamento que conseguiu produzir até então, entendendo que para produzir transformações na vida de um sujeito, é ele quem precisa estar à frente, direcionando os processos interventivos. É fundamental desvendar o real e orientar de modo singular as intervenções. O horizonte e o método do trabalho realizado com as equipes foram pautados por uma construção coletiva e atenta, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos sujeitos, vacilar estigmas e operar mudanças nos processos alienadores, sempre com vistas a subsidiar e transformar as políticas (PRATES, 2003).

A psicanálise, por sua vez, desvela que não somos seres orientados pela razão, mas sim pelo inconsciente, sendo essa a grande tese de Freud (1996). Lacan tomou a alienação como movimento fundamental na constituição subjetiva, já que somos falados pelo Outro e por ele introduzidos no mundo, a partir da cadeia de significantes ofertados e na qual deslizamos, sem nunca nos apresentarmos por completo (LACAN, 2008).

Para a psicanálise, a falta e a alienação são estruturantes do homem, fadado a haver-se com uma relação de objeto sempre em seu valor fetichizado. Contudo, a alienação não estaria sozinha na constituição subjetiva, cabendo ao momento da separação um intervalo entre aquilo que está posto e como o sujeito se apresenta (LACAN, 2008). Nessa interlocução, estamos, portanto, atentos às estruturas do sistema que nos antecede e determina o palco de nossas relações e ações, apostando que um sujeito nunca pode ser capturado por qualquer sistema, permanecendo disjunto do mesmo (GUERRA, 2015). Alienado, mas também estrangeiro, ou até mesmo subversivo.

Do ponto de vista marxiano, Netto (2006) propõe uma distinção entre as práticas que visam à maior qualidade de vida da população, mantendo a lógica do capital, considerando-as reformistas; das práticas que se voltariam para a supressão da questão social e de seus desdobramentos. Aponta-nos que ir além do capital não significaria, contudo, eliminar os problemas inerentes à subjetividade humana e às relações entre os seres humanos. Não se trata de uma “Idade de Ouro” (NETTO, 2006, p. 162), na qual novas relações produtivas resolveriam as grandes indagações humanas: por que vivemos? Por que morremos?

Nesse sentido, o psicanalista Jorge Alemán (2009) propõe que o encontro entre marxismo e psicanálise, nomeando o primeiro como “esquerda”, residiria em interrogar o capitalismo como única resposta para os modos de vida e de gozo humanos, não o tomando como realidade inevitável para vivermos em sociedade. Contudo, alerta-nos que se a dominação aos significantes que vêm do Outro (discurso social, família, língua) nos é inerente, não seria pela tomada de consciência ou pela ideologia que uma separação, no sentido psicanalítico, poderia ocorrer. Retoma, então, como Lacan se serviu de Marx para pensar a noção de “mais-de-gozar”, que, partindo da mais-valia, denotaria a perda de gozo (pulsão) inerente à entrada no laço social e na linguagem, imposta a todos nós. O empuxo neoliberal capitalista toca

esse ponto de gozo, na oferta incessante de objetos que nos prometem tratar o furo que se desenha no real (ALEMÁN, 2009).

O real, para a psicanálise, distingue-se da realidade marxiana, não havendo integralidade possível em sua aproximação, nem tampouco uma perspectiva comum ou compartilhável. O real seria o mais singular, inassimilável, irrepresentável, rondando-nos como um resto que não se submete e não se enquadra em nossas modalidades de dizer (MILLER, 2012). Um impossível que a todos se apresenta, que faz furo, mobilizando as grandes indagações humanas, a busca do sentido para a existência, que, no real, é sem sentido.

Porém, longe de propor um determinismo subjetivo, a psicanálise pode nos alertar sobre os modos de gozo que se estabelecem e que, diante de realidades precárias de existência (material), muitas vezes, evocam a uma vivência mortífera dos circuitos pulsionais que nos animam (ALEMÁN, 2009). Assim, haveria, para além da tomada de consciência, experiências e modos de gozo que cristalizam vidas e desafiam nossas intervenções na cidade.

A partir dos casos, vimos como a violência sistêmica se repete e aparece em ato em cada contexto familiar, além do que se repete e se transmite de modo inconsciente na família, seus modos de gozo. Ou seja, as construções de caso foram importantes espaços para que tivesse lugar aquilo que se transmite de modo estrutural: seja no nível mais macro, socioeconômico, seja por meio do inconsciente, no ponto mais singular de cada caso. Nos casos trazidos, a miséria social se reproduz de geração em geração. Inúmeros exemplos ilustraram tal fato: a mãe de pouca escolaridade, cujo filho não logra ir além dessa mesma série; a reiterada privação de direitos que acompanha os pais e os filhos. Evidenciou-se uma exclusão geracional que se perpetua ao longo do tempo, muitas vezes, sem modificação ou intervenção que tenha efeitos diretos por parte das políticas públicas.

Estávamos atentos ao lugar social da assistência, chamada a amenizar as disparidades de uma relação entre classes de maneira a não interrogá-la. Com os técnicos, percebemos a necessidade de ultrapassar tal chamado, operando para além da adequação dos corpos à norma social, às expectativas higienistas, ao *status quo*. Fez-se imprescindível acolher a subversão da singularidade, sem que o caso a reduza o olhar do profissional a uma perspectiva individualista.

## **Efeito-equipe na cidade**

No período de outubro a dezembro de 2014, foram realizadas dez construções de caso apresentados pelas regionais da prefeitura municipal de Belo Horizonte, as quais foram conduzidas pelos coordenadores do curso de extensão, três professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que, de maneira interdisciplinar, sustentaram a interlocução entre psicanálise e marxismo. Destacaremos a seguir algumas das questões, impasses e perguntas fundamentais delineadas nesses encontros e que ilustram, a partir da prática cotidiana dos técnicos, alguns dos elementos trazidos pela teoria nas primeiras partes deste artigo.

Os casos que neste texto surgem, sempre a partir de nomeações fictícias, foram trazidos por equipes de diferentes serviços presentes em cada regional (PAEFI, Medidas, Abordagem, etc.). Desse modo, um mesmo caso ganhou olhares diversos e a riqueza da interlocução entre os serviços se fez “ao vivo”, durante o momento da construção. Por exemplo, uma equipe da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) apresentava o caso de um adolescente atendido no âmbito das medidas, enquanto o PAEFI trazia elementos do caso da família deste mesmo adolescente. O espaço de troca que se instala, a surpresa do técnico diante daquilo que é trazido pelo outro, a riqueza dos diversos pontos de vista e o compartilhamento daquilo que cada serviço conseguiu escutar, apontam para a importância de fortalecer a interlocução dos diferentes serviços na ponta. Assim, trata-se de um momento

de validação do trabalho das equipes, marcado pela possibilidade de captar algo do trabalho do outro que até então permanecia invisível.

Esse fator surpresa foi o ponto de partida para possibilitar o esboço inicial de uma construção, já que estávamos muitas vezes diante de serviços que dividiam as mesmas instalações físicas, mas que, ao se servirem dos protocolos e diretrizes existentes de modo literal, nem sempre puderam fazer emergir o saber do colega, tampouco dos casos estudados. Além disso, a sobrecarga de trabalho vivenciada, com o consequente esvaziamento do tempo de discussão, faz com que a urgência e gravidade da situação convoquem uma conclusão precipitada, antes de qualquer compreensão. Vale destacar que essa surpresa, não raro, era colorida por casos que apresentaram impasses a diversos serviços que, antes de nosso convite, não haviam se permitido um momento de troca e de suspensão frente ao mal-estar promovido diante do impossível de resolver.

Nesse sentido, se por um lado acolhemos impasses que revelavam sempre o “difícil” em cada caso, por outro, nos servíamos da roda entre os serviços e suas equipes para que o saber do sujeito sobre seu sofrimento pudesse circular e afetá-lo de outra maneira, indicando caminhos onde só havia muros – expectativas, idealizações, desistências.

### **Invisível: o que está por trás do véu?**

Nos momentos de construção do caso, junto aos técnicos da assistência, concretizou-se um convite para que cada um pudesse falar de um outro lugar, em duas dimensões distintas: ao convidarmos um técnico para apresentar um caso, dentro de um espaço de construção e de acolhimento, ele era convidado a formalizar sua prática e a se surpreender por aquilo que diz, pelos efeitos que já alcançou no caso, e por aquilo que estava oculto. Nesse exercício, o técnico também é convidado a lançar seu olhar ao usuário do serviço, para que ele possa ser visto e ouvido de um outro lugar. Um duplo convite, que faz vacilar os lugares pré-estabelecidos, e produz um efeito de surpresa e de vivificação do trabalho. Em um dos encontros, uma das coordenadoras sugere, por exemplo, aos técnicos “contar para o adolescente o que ele tem de bom”, e, por outro lado, os próprios momentos de construção têm funcionado para contar aos técnicos “o que tem de bom no trabalho deles”. Percebemos que, ao fal(h)ar surge o novo, na medida em que torna-se possível recolher preciosidades no discurso dos técnicos a respeito dos sujeitos atendidos e das ações e efeitos de seu próprio trabalho. Podemos dizer que há, ao mesmo tempo, um efeito de desnudamento e de descobrimento: questões-chave do caso que até então permaneciam “ocultas” são destacadas, colocadas em relevo, no discurso dos próprios técnicos, enriquecendo o olhar diante do sujeito atendido. Dessa forma, os encontros de construção permitiram redescobrir e vivificar o caso e a relação do técnico com o caso, na medida em que as relações são lembradas e ressignificadas, surgindo uma expressão de novo ânimo, fôlego para seguir.

*- Venho aqui e vejo que é realmente com isso que quero trabalhar. O curso dá fôlego, vou continuar resistindo (técnico da assistência).*

*- O sistema solapa a subjetividade inclusive dos técnicos, muitas vezes (técnico da assistência).*

Durante as construções, foi possível, portanto, recolher com delicadeza algo do sujeito, ou seja, dar visibilidade aos *invisíveis* da sociedade e àquilo que estava “invisível” para os técnicos no caso. Uma multiplicidade de “véus” foi suspensa, aguçando o olhar e o investimento no atendimento. Em meio a tantos véus, destacamos a suspensão do véu do ideal, tornando possível recolher os efeitos do encontro entre sujeito e serviço, e deparar-se com tantos desdobramentos da própria prática, deixando um pouco de lado as grandes doses de frustração.

A partir do trabalho, aprendemos com os técnicos que é imprescindível uma postura anterior inerente à construção para que ela aconteça. Buscar possibilidades e se perguntar sobre o caso, sobre a condução, interrogar-se, são posturas essenciais que antecedem e criam o terreno para o efeito-equipe. Ou seja, há um estado pré-existente de “querer saber” sobre o caso, que precisa embasar a construção conjunta com aquele que vem “de fora”. Para encontrar algumas respostas, é preciso não ter todas as respostas ou todos os diagnósticos de antemão. Quando se perde a capacidade de introduzir perguntas, a equipe parece presa à fatalidade de um “destino infeliz”, imutável, traçado para o usuário. A prática de construção do caso contribui para o aprendizado dessa postura de querer saber, tão cara ao efeito-equipe.

Assim, essa necessidade de certo vazio de saber ganhou lugar de destaque nas construções sob diversas formas. Uma outra faceta dessa questão foi a importância de introduzir perguntas, onde apenas surgem atos. Um dos coordenadores chamou atenção quanto à armadilha que pode ser “ficar querendo pelo usuário”, pois o sujeito fica preterido e o técnico congelado na posição de que “sabe o que é melhor para o outro”. Dessa forma, querer no lugar do outro pode impedir o efeito-equipe e dar consistência aos véus.

### Família fora da mira

Atentos à matricialidade familiar, como uma das diretrizes constituintes das políticas de assistência social, ao final do projeto, pudemos, junto às equipes, elencar orientações cruciais no trabalho junto às famílias: a necessidade de que a política faça conexões da família com seu direito; que a família possa encontrar seu lugar no mundo e que tenha condição para resolver seus dramas; que a família possa acessar serviços, mas também suas próprias potencialidades. Foi necessário marcar a flagrante ausência de materialidade simbólica e concreta, sendo fundamental construirmos com a família um olhar *de outro modo* para os espaços e dispositivos públicos, cuidando para que o Estado possa reincidir menos. Ao longo dos encontros, recortamos a importância de localizar aquilo que desorganizou num dado momento cada família, para identificar os fatos que parecem acionar *um jeito antigo de funcionar* (fala de uma coordenadora). Atentar a esses pontos permite que os técnicos apreendam os enunciados encobertos pela posição de usuários, movimento que orienta a ação dos técnicos no cotidiano. Como exemplo, nos debruçamos sobre o caso de uma família em que era preciso *ser doente e não ter nada* para que a avó oferecesse seus cuidados, condição que petrificava um dos sujeitos nessa posição. Em um outro exemplo, salientou-se a importância de construir com uma usuária esse *ponto de onde se é vista com amor*, como amada pelo outro, ou seja, de poder vacilar a posição de preterida, de resto, abrindo outras pontes para o mundo.

Quando os impasses em relação às famílias eram trazidos à construção do caso, essas, muitas vezes, apareciam no discurso das equipes como uma “massa”, um “bloco”, uma “coisa indiferenciada”. Por um lado, os técnicos nos ensinam a tomar a família como um caso, ao apontarem que ela seria o sujeito para o qual se direciona a assistência. Por outro lado, não raro, esse sujeito “família” surgia reduzido ao seu sobrenome, palavra suficiente para fazer ecoar nos corredores dos serviços uma série de certezas estigmatizantes. Na construção do caso, quando estávamos diante dos sobrenomes mais célebres, conhecidos por todos os serviços, encaramos os efeitos paralisadores dessa apreensão, na qual tudo se fala e nada se espera dessas famílias, que nada falam. Reduzidas ao bloco, são muitas vezes ligadas entre si pelo que a equipe poderia nomear como o pior, aquilo que se repete nas gerações e na relação entre os presentes, como um elemento sem saída. Assim, os técnicos puderam constatar que tomar “aquela família” como certeza, pode impedi-los de escutar o sujeito na sua singularidade, e em sua novidade.

Ao longo dos encontros, evidenciaram-se inúmeras interfaces entre os diferentes campos trazidos pelos técnicos: família, ato infracional, território, ameaça, saúde, escola, etc. Em vários momentos, foi possível perceber como a família fica “sob a mira” das políticas, sentenciada como culpada pelos processos

vivenciados e pelas eventuais situações de violação. Na construção, ao tomarmos a família como um caso, visávamos retirá-la *da mira*, permitindo-nos uma aproximação por outro modo de olhar, não buscando a culpabilização, mas a possibilidade de tomada de responsabilidade, dando início a novos movimentos. A ideia é emprestar consequências aos sujeitos ali onde não há. Suportar que a verdade do sujeito surja, para que ele possa se implicar de outra forma naquilo que diz, na realidade que o circunda e que produz, na família que constitui. Se as violações ocorrem, muitas vezes, ligadas à estrutura familiar, seja naquilo que é transmitido ao longo de gerações, nos cuidados que parecem faltar, na violência que marca excessos, nas precariedades que culminam nas formas mais diversas de negligência e abandono, nos abusos, cabe aos técnicos, contudo, ir além das deduções segregatórias: para alcançar o modo como cada sujeito se vê frente à violação que sofre, que comete, sem, é claro, servir-se apenas da palavra nos casos onde a gravidade o impede.

Em uma das construções, equipes de diferentes serviços realizaram um bonito percurso sobre o trabalho com uma família, apresentando primeiro *O que se sabe da história familiar* para, em seguida, trazer *um pouco de cada um*. Essas duas vertentes de escuta e trabalho foram, em vários momentos, destacadas nos encontros: a importância de historicizar os casos, construindo o fio de sua história, e de escutar na família *um pouco de cada um*, ao mesmo tempo em que se tenta compreender a dinâmica do contexto familiar.

Assim, essa equipe nos trouxe o caso da família de *Patrícia*<sup>1</sup>, formada por seis pessoas, das quais três filhos adolescentes e uma criança. De início, marcam como a vulnerabilidade se espalha por todos os seus membros, havendo, ao final da escrita do caso, intervenções para todos. Se os pais são tomados a partir das dificuldades que apresentam na seara do “mental”, cabendo-lhes a negligência, os filhos adolescentes são descritos como soltos, que, ao viverem circulando pelas ruas, tornaram-se *aviõezinhos*. Nesse ir e vir, ora são vendedores de coxinhas, trabalhando para a dona da casa onde residem com os pais, ora vendem drogas. Nessa casa, vivem em um porão, um (in)cômodo. A filha adolescente é a única que dorme fora dali, com os donos da casa. Os pais são acusados de deixar os filhos *perambular*. Esses, por sua vez, constroem um modo de circular bastante restrito, a partir das ameaças advindas do envolvimento infracional.

A família, marcada por tantas violações desde sempre, apresenta-se pela primeira vez à assistência social quando os dois filhos adolescentes são sentenciados a cumprir medida socioeducativa, no mesmo ano. Ali, passam a conhecer uma mãe que recua frente aos seus direitos, frente ao seu tratamento de saúde, posição que se repete na filha, *Sofia*, que nunca aderiu às propostas realizadas – jovem de quem muito se fala, mas a qual não se escuta. Conhecem os filhos, *Breno* e *Wesley*, aquele que dizia traficar para se proteger das violências de um vizinho, este que parecia encontrar no uso de drogas um motivo para o tráfico. Contudo, nunca endereçou nenhuma demanda ao serviço, além de cumprir a medida para resolver-se diante das pressões maternas.

Se a família foi trazida a partir de fragmentos que permitiam identificar melhor o lugar de cada um naquela história e na vulnerabilidade anunciada, ao mesmo tempo em que vimos uma rede articulada, cuidadosa e ativa, debruçando-se sobre os impasses prementes, de início, não se apresenta uma pergunta sobre a não adesão, mas uma série de encaminhamentos que pretendiam sensibilizar e aplicar, sensibilizar e tratar, sensibilizar e proteger. No desenrolar das intervenções, muitos avanços foram alcançados, mas ainda era preciso se perguntar sobre o desejo dessa família, o que ela demandava do serviço, o que a fazia vir. Nesse sentido, a busca ativa tem que se desdobrar da equipe para o sujeito.

Na construção, vimos como o sujeito em cena possui um ponto de extrema delicadeza e de acentuada gravidade. A delicadeza se insinua no modo de abordar o insuportável, aquilo que faz violar, traficar, negligenciar, abandonar, prostituir. Faz-se crucial o convite para que possam falar de um outro lugar, distantes da única possibilidade de transmissão colocada frente à rede: violações.

Em outro caso, trazido pelo Serviço de Abordagem de Rua, outra conhecida família foi apresentada, também a partir do nome da mãe. Porém, todos eram nomeados *Ana da Silva*, havendo uma ambivalência que, de início, já evidenciava o protagonismo dessa mãe no seio familiar, e a redução deste à imagem daquela, comumente culpabilizando-a pelo que todos são. Uma família que vive nas ruas, circula pelos serviços mais diversos há anos, de maneira intermitente. Muito se traz sobre os desencontros entre a rede e a família, mas pouco se transmite do que se escuta desta. As cenas descritas envolvem uma recusa reiterada de *Ana* às mais diversas intervenções, recusa que os filhos também sustentam. Estes, em um dado momento do relato, são tomados em bloco, não havendo espaço para que se apresentem além dessa mãe, que os preferia presos do que na rua. Mas por que estavam presos? Os técnicos não sabiam responder. Parecia não fazer tanta diferença, uma vez que só poderiam obedecer aos destinos traçados pela mãe. A família descumpra os condicionantes de todas as instituições.

Na construção do caso, foi possível delinear que as instituições também traziam seus impasses na adesão ao caso, muitas vezes, não estando em condições de suportar o descumprimento reiterado dos benefícios que tanto trabalharam para garantir. O ideal de superação de vida nas ruas parece tamponar o que cada um encontra nessa vida, nessas ruas, e que torna insuportável a vida em família – deveras violenta – entre quatro paredes, de onde sempre são expulsos pelos que estão ao redor. Era preciso decantar, querer saber, mais do que resolver, para que uma porta se abrisse para o sujeito, no seu desejo de ser escutado para além do nome da mãe.

Quando utilizamos o termo *fora da mira*, falamos de outros contornos possíveis de serem introduzidos no olhar do técnico e da equipe em direção às famílias. Não se trata de uma ação preventiva não culpabilizar, não estigmatizar, mas de algo a ser construído a cada encontro, onde a subjetividade do técnico também está em questão diante daquilo que se anuncia como o impossível de alcançar. Evidenciando, também, para além da relação um a um, as respostas possíveis frente aos imperativos de assistir, proteger, educar, tratar. *Fora da mira* é um convite para se deixar guiar.

### **A medida de um cumprimento possível**

Com relação aos adolescentes que receberam medida socioeducativa, o trabalho de construção do caso evidenciou pontos importantes de impasse, além de surpreendentes possibilidades de cumprimento desvinculadas do desmedido imperativo do ideal. O desafio de articular o tempo da medida (Plano Individual de Atendimento – PIA, produção de relatórios, inserção na escola e no trabalho, etc.) com o tempo do adolescente foi uma questão delicada a ser abordada, de modo particular em cada um dos casos construídos. A partir da fala dos técnicos, recolhemos que muitos adolescentes respondem e cumprem a medida a seu modo, dentro de suas condições, de maneira distante do “ideal” e da expectativa do serviço e da sociedade. Sabemos que é nesse desencontro entre os tempos – tempo da medida, do jovem, tempo do técnico –, no descompasso que se abre, que algo do sujeito pode advir de modo particularizado. Mas todo esse processo não é sem angústia para os profissionais dos serviços. Em alguns momentos, o adolescente infrator apareceu como uma “criatura” e a possibilidade de re-tecer o discurso a seu respeito nos encontros de construção foi, aos poucos, permitindo que a “criatura” ganhasse novamente ares de adolescente e de perspectiva. Ao poder se desvincular das identificações que o paralisavam, o jovem encontra no técnico, muitas vezes pela primeira vez, um outro, uma referência que pode ajudar a vacilar certezas, a escutá-lo, num trabalho de construção de bordas em torno do indizível e do mal-estar da adolescência e da infração. Em um dos casos, o adolescente se surpreendeu a partir das orientações fornecidas pelo técnico, podendo, pela primeira vez, se situar e compreender seu lugar na família, tendo como perspectiva saídas menos devastadoras. O adolescente diz para o técnico “nossa, se eu soubesse disso antes...”. Algo da transmissão se opera, e o jovem pode reconfigurar o que estava em jogo no ato

infracional. Abre-se espaço para a invenção a partir dos elementos orientadores, colocados no encontro entre técnico e adolescente.

Nas construções relativas às medidas socioeducativas, também pudemos dar visibilidade àquilo que estava “invisível” para os técnicos no caso. Assim, muitas vezes, o adolescente não assume o “posto” da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) como deveria, mas a construção do caso permitiu suspender um pouco o véu do ideal para recolher os efeitos do encontro entre sujeito e serviço. Vimos que não são poucos os efeitos. Às vezes, o adolescente assume o posto de modo errante, não para transgredir a medida e confrontar o técnico, mas porque a errância é, por hora, o modo que ele encontrou de estar no mundo. Acolher o modo próprio do sujeito, pode permiti-lo avançar na medida.

Em um dos casos trazidos pelas equipes, *Iago* apresentava-se como um jovem bem articulado que vivia numa situação familiar “sem medida”, num contexto de desamparo no qual ocupava o lugar de bode expiatório. A partir da descrição da situação familiar pelos técnicos, os coordenadores vão desnudando alguns aspectos. A casa de *Iago* parecia constituir uma “porta aberta para as medidas”, a partir de uma vivência familiar desmedida, marcada por um contexto de desconfiança, em relação ao jovem e pela falta de limites. *Iago* sente-se punido em casa e passa a repetir essa posição com os técnicos das medidas, não aceitando de modo algum ser repreendido. A construção do caso esclarece o que era insuportável para o adolescente, que, sendo um jovem “mal falado” em casa, reagia quando entendia que estavam “falando mal dele” no serviço. Assumia o posto da medida socioeducativa a partir de uma alternância, num certo vai e vem, mas sempre a partir da transferência claramente estabelecida com os técnicos. Os coordenadores apontam como *Iago* cumpre a medida “do jeito dele”, na medida dele, a partir do certo “amparo” que esta proporciona, em oposição ao desamparo que vivencia na família. Não por acaso, no momento da adolescência, uma crise irrompe, *Iago* se depara com duas perguntas: *o que é ser homem? Quem é meu pai?* A figura do pai surge sempre colocada como enigma na fala da mãe. Diante disso, os coordenadores apontam para a equipe que *Iago* parece demandar dos técnicos um testemunho do campo do Outro. Do fundo de seu desamparo, o jovem parece perguntar aos técnicos: quem olha por mim? Vocês se interessam mesmo por mim? A construção aponta que sempre que *Iago* demandar algo da equipe é preciso tentar ler o que ele de fato pede. Além disso, fica esclarecida a importância de que cada um da família de *Iago* possa responder por sua própria “confusão”, a fim de que o jovem possa “amparar-se” no serviço para seguir. O cumprimento da medida permitiu a *Iago* apoiar-se num primeiro momento para construir um modo de poder seguir, separando-se um pouco da falta de medida da situação familiar.

A construção de caso também se configurou como um espaço para escutar a função que a prática infracional tem na vida do adolescente, sendo que, advertido disso, o técnico pôde atuar a partir de outra orientação. Vimos, por exemplo, que em um dos casos o tráfico tinha uma função muito precisa de revestir as inúmeras fragilidades de um adolescente. Nesse mesmo caso, foi destacada sua habilidade em vendas, que, de forma aparentemente paradoxal, apresentava, segundo a escola, uma grave dificuldade de aprendizagem. Essa discrepância nos leva a perguntar sobre a relação entre o saber e o desejo de ensinar e de aprender, abrindo novas perspectivas.

A construção dos casos das medidas socioeducativas demonstrou toda a força do trabalho da Assistência Social. No ponto onde a sociedade parece se desfazer, a escuta e a implicação dos técnicos abre espaço para a retomada de laços e perspectivas. Os encontros com os coordenadores do projeto evidenciaram essa passagem do *relato* do caso para sua *construção*, ou seja, para a possibilidade de o trabalho dos técnicos aparecer: eles diziam “a gente está implicado”. Em cada um dos casos de adolescentes, uma pergunta fundamental passou a se tornar o fio condutor das construções: “Que elementos o jovem nos dá para conduzir o caso dele?” Aos poucos, a dimensão subjetiva pôde aparecer, e o trabalho tornar-se mais vivo e mais possível, justamente porque orientado por aquilo que o caso aponta. Ter um outro que acredita, que valoriza sua palavra, um outro que possa instigar o adolescente a

demandar, e não um outro que demande em seu lugar. É preciso que possa aparecer algo da demanda do lado do adolescente.

O movimento de levar o caso para a construção permite historicizar o percurso do adolescente em cumprimento, ou seja, fazer existir essa história, para que ela possa ser compreendida, re-significada, e para que, a partir dela, possa se operar a transição do jovem para outros espaços da cidade. Que novos convites sejam feitos e que, a partir de um desejo de acolher, uma rede possa ser construída para cada jovem.

### **A rede, afinal**

Outra dimensão que esteve em destaque foi a articulação da rede. Uma articulação feita de modo aguerrido, firme e investido foi trazida pelos técnicos em diversos momentos. Ponto que foi colocado em destaque e valorizado nos encontros para construção do caso clínico. Apesar disso, foram trazidos também casos atendidos por muitos e escutados por ninguém, ou seja, uma “rede” deveras presente, mas de um modo que favorece a repetição, tanto do sujeito quanto das instituições. Houve situações interessantes em que a rede (saúde, medidas, etc.) quebrou protocolos para acolher e encaminhar da melhor maneira os casos, contrariando a desgastada experiência com muitos parceiros que repetidamente se desresponsabilizam frente aos encaminhamentos realizados.

Os momentos de construção do caso clínico funcionaram, ainda, como espaços interessantes de formulação de perguntas e questionamentos que tiveram a função de enriquecer e vivificar o trabalho. A formulação de perguntas aponta para o desejo pelo trabalho, pelo caso, como motor de uma prática investida. Perguntamo-nos, por exemplo, como concretizar no dia a dia a centralidade da família nas políticas sociais. Como a família pode ser central nas políticas? Em outros momentos, perguntamo-nos: o serviço faz a família existir em alguns casos? A posição tomada pelas próprias políticas públicas reforça a ausência dos pais?

À rede cabe inventar-se a cada caso, extraindo do sujeito suas riquezas, suas potencialidades, seu desejo, colocando-se no lugar de mediar saídas para as violações encontradas, que possam ser sustentadas nessa dobradiça rede-sujeito.

### **Conclusão**

Trabalhar a metodologia da construção do caso junto à assistência social foi uma experiência inovadora e enriquecedora, certos de que o direcionamento das construções não seria reduzir a intervenção à vertente individualizadora. Ressaltamos nesses encontros a importância de que o sujeito, sempre em questão, surpreenda a equipe para além dos estigmas e violações que portam – seja ele um filho, um pai, uma família. Dessa forma, não somos nós peritos a ofertar saídas, mas sim mediadores das rotas a serem apontadas e construídas, guiados pelos sujeitos. Também foi possível retomar com os técnicos, a partir de seus impasses, o saber próprio ao profissional envolvido no caso, utilizando a construção para recolher e circunscrever algo desse saber que pudesse concerni-los ao caso, de uma nova forma. Dar lugar ao novo, que tende a ser enquadrado pelas teorias, pelos estigmas e protocolos, mostrou-se fundamental para vivificar o trabalho, para convocar os técnicos a outros olhares, a engajarem-se mais uma vez, cientes da distinção entre o impossível – presente em todo sujeito – e a impotência – que nos paralisa. Além disso, operar com a psicanálise e o marxismo nas construções de caso foi também uma boa surpresa, impelindo-nos a inventar de maneira suplementar, sem tomar a realidade como um todo a ser

lido e interpretado, mas atentos às alienações que sustentávamos, todos, em nossas posições, e do quanto eram necessários giros para se aproximar do que realmente estava em causa, a cada vez.

## Referências

- ALEMÁN, Jorge. Una “izquierda lacaniana”. **Jornal** 12, 22 out. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-133879-2009-10-22.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- BRASIL. **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS, 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 16 nov. 2015.
- CIFALI, Mireille. Ofício “impossível”? Uma piada inesgotável. **Educ. rev.** [online], v. 25, n. 1, p. 149-164, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000100008>.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. Uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. 7, n. 1, p. 75-86, mar./2004.
- FREUD, Sigmund (1900). A interpretação dos sonhos I. In: \_\_\_\_\_. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 4. Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1925). Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In: \_\_\_\_\_. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 19. Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1937). Construções em análise. In: \_\_\_\_\_. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. Um pouco sobre nossa estratégia de trabalho: psicanálise, marxismo e a vida pelo dentro e pelo avesso. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; CUNHA, Cristiane de Freitas; SILVA, Ricardo Silvestre (Orgs). **Violência, território, família e adolescência: contribuições para a política de assistência social**. Belo Horizonte: Scriptum, 2015, p. 17-42.
- LACAN, Jacques. (1962-1963). **O seminário**, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MARX, Karl. (1867). **O capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MENDES, Aline Aguiar. **O efeito-equipe e a construção do caso clínico**. 2014. 114f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.
- MILLER, Jacques-Alain. Rumo ao PIPOL 4. In: **Correio**, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise n. 60, p. 7-14, 2008.
- \_\_\_\_\_. Os seis paradigmas do gozo. **Opção Lacaniana Online Nova Série**, ano 3, n. 7, p. 1-49, mar. 2012. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero7/texto1.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.151-162.
- NICÁCIO, Camila Silva; ALBUQUERQUE, Bruna Simões. Responder direito? Coisa pra gente grande! In: GUERRA, Andréa Máris Campos; FERRARI, Ana Terra Rosa; OTONI, Marina Soares. **Direito e psicanálise: controvérsias contemporâneas**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2014, p. 81-98.
- PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa. **Temporalis**, n. 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003.
- \_\_\_\_\_. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11647/8056>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- VIGANO, Carlo. A construção do caso clínico. **Opção Lacaniana Online Nova Série**, ano 1, n.1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero1/texto6.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- VIGANO, Carlo. A construção do caso clínico. In: ALKMIM, Wellerson Duraes de. (Org.). **Carlo Viganó: novas conferências**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012, p. 115-127.

---

<sup>1</sup> Todos os nomes utilizados nos casos são fictícios.